

SINDSEF

SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

167

MAI/JUN 2016

FILIADO À



E À **CONDSEF**

FORA TEMER FORA TODOS ELES E O CONGRESSO CORRUPTO!

Eleições gerais, já!

Págs. 04-05



16/06, Dia Nacional de Lutas:
Rumo à Greve Geral, contra os
ajustes fiscais e as reformas
previdenciária e trabalhista!

Págs. 03

EDITORIAL

- Nada a Temer,
nem a lamentar!

Pág. 02

GIRO NOS ÓRGÃOS

- SAÚDE ▪ INCRA
▪ CULTURA ▪ MT

Págs. 06-07

ATIVIDADES

- Avançar no
combate ao racismo
▪ Parada Gay ▪ Dica Cultural

Pág. 08



Nada a Temer, nem a lamentar!

Nada menos que sete ministros investigados na Lava Jato. Um ministério que não representa a diversidade racial e de gênero na sociedade brasileira, formado apenas por homens, brancos, ricos e heterossexuais. E, principalmente, muitos deles com papel de destaque no governo Dilma. Assim começa o governo Temer, com a aplicação de políticas gestadas no governo petista, como a reforma da previdência que agora vem com toda força pelas mãos do “prestigiado” Henrique Meireles, presidente do Banco Central no governo Lula, agora promovido a ministro da Fazenda por Temer.

Como um tumor que cresce nas entranhas do petismo, o conservadorismo mais reacionário agora explode nas suas formas mais bizarras e, sem trocadilho, temerárias, como na declaração do Ministro da Saúde, Ricardo Barros, que põe em cheque a universalidade do atendimento do SUS. Ou no ataque a autonomia do Ministério Público, dito por Alexandre de Moraes, Ministro da Justiça, homem forte de Alckmin, especialista em reprimir estudantes e em defender o PCC.

Ou ainda no recebimento das propostas pelo governo do “especialista” na área de educação Alexandre Frota, que em entrevista ao pseudo-humorista Danilo Gentili, confessou ter estuprado uma Mãe de Santo. Isto no dia em que um vídeo postado no Twitter, expõe uma adolescente estuprada por nada mais, nada menos que 30 homens. A sua proposta, defendida pelos setores mais reacionários da área da educação, a “Escola sem Partido”, propõe punir os docentes que supostamente influenciarem os alunos, tanto nas questões políticas, como nas questões de gênero.

Não demorará, num governo re-

cheado de fundamentalistas religiosos, para que se restrinjam nas escolas o ensino da ciência. Lembrando que foram os recuos do governo petista em várias áreas, para satisfazer os apetites de líderes religiosos fanáticos, como o pastor Marcos Feliciano, colocado na presidência da Comissão de Direitos Humanos na Câmara para garantir a maioria parlamentar e a governabilidade, que trouxeram à tona as monstruosidades que agora vemos emergir do pântano do reacionarismo.

Mas, nem com todos os ataques desferidos pelo governo Temer, este parece ter paz. Em gravações vazadas na imprensa, conversas do Presidente da BR Distribuidora Sérgio Machado com o então senador Romero Jucá, nomeado por Temer para dirigir o Ministério do Planejamento, ele que já foi líder do governo petista no Senado, revelam claramente que o impeachment e a posse de Temer visavam proteger todos os corruptos do alcance da operação Lava Jato. E, entre os citados a serem protegidos pelo grande pizza a ser assada no acordo entre executivo e o STF estaria o ex-presidente Lula.

Também não tiveram paz aqueles que queriam enterrar o Ministério da Cultura. Num ato de resistência de movimentos artísticos com o apoio dos servidores do MinC, através de ocupações heroicas a vários intuições do ministério, a luta destes conseguiu reverter a situação, fazendo com que Temer recuasse na junção da Cultura com a Educação.

Também ganha destaque a atitude dos servidores da CGU que se negaram a reconhecer o Ministro da Transparência que, ironicamente, também pego em gravações, orientava investigados pela Operação Lava-Jato a escapar das investigações da Justiça.

Entretanto, muitos dos que antes

reclamavam dos vazamentos para a imprensa das conversas do governo anterior, hoje comemoram hipocritamente os vazamentos das gravações do governo atual. Hoje muitos daqueles que temem as medidas repressivas e os ataques do governo Temer ao conjunto da classe trabalhadora, se calam diante das medidas repressivas impostas ainda no governo Lula e acentuadas no governo Dilma, que resultaram entre tantos ataques, à demissão, ainda no governo petista, do nosso companheiro Carlos Daniel do IBAMA, pela sua atuação sindical.

Portanto, defendemos com vigor o FORA TEMER, mas sem nenhum acordo com o VOLTA DILMA, e lamentamos que companheiros valorosos

que estavam conosco em todas as lutas contra o governo da presidenta afastada, apostem numa aliança, ainda que disfarçada, com a direção do PT. Não há como ser consequente no FORA TEMER, se este não for acompanhado pelo FORA TODOS, com eleições gerais com outras regras, proibindo todos os envolvidos em corrupção de concorrer, com condições iguais a todos os partidos e sem dinheiro de empresas bancando campanhas milionárias. Para que isso ocorra, conclamamos que a CUT rompa com o antigo governo, que a Força Sindical rompa com o governo atual e que possamos construir uma greve geral para derrubar este teatro farsesco em que os atores são pagos com o suor e o sangue da classe trabalhadora.

PRESTAÇÃO DE CONTAS - 2016 ABRIL

SALDO INICIAL	R\$ 180.861,07
TOTAL DAS RECEITAS (Consignações dos filiados, pagamento empréstimos, aplicação da poupança etc.)	R\$ 191.405,02
DESPESAS	
ADMINISTRATIVO (Aluguel da sede central e do núcleo de Pirassununga, manutenção da sede, copa e limpeza, material de escritório etc.)	R\$ 27.857,38
FUNCIONÁRIOS (FGTS, salários, seguro saúde, férias, INSS, VR, VT, pagamento retroativo de benefícios etc.)	R\$ 80.657,90
SINDICAL (Assembleias, caravana, atos etc.)	R\$ 42.745,41
CONTRATOS / PRESTADORES DE SERVIÇOS (Contabilidade, Jurídico, informática etc.)	R\$ 34.347,86
IMPRENSA (Jornal, boletins, cartazes, faixas, assinatura Folha de São Paulo)	R\$ 4.700,20
CORREIOS (Envio de jornal, impresso especial etc.)	R\$ 4.687,03
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (CONDSEF CSP-Conlutas etc.)	R\$ 23.800,62
VEICULO (Seguro, combustível, pedágio, estacionamento etc.)	R\$ 664,50
TELEFONES (Celulares e Telefônica)	R\$ 3.679,74
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 223.140,64
RESULTADO RECEITAS (-) DESPESAS	- R\$ 31.735,62
SALDO FINAL	R\$ 149.125,45

**FISCALIZE AS CONTAS DO SEU SINDICATO!
ESSE DINHEIRO TAMBÉM É SEU.**

Expediente:

JORNAL DO SINDSEF-SP - Publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo - Rua Álvares Penteado, 97 - 6º andar, Centro, São Paulo/SP - CEP: 01012-001
Tel.: (11) 3106-6402 | Site: <http://www.sindsef-sp.org.br> | Facebook: [sindsef-sp](https://www.facebook.com/sindsef-sp) | E-mail: imprensa@sindsef-sp.org.br | Jornalistas responsáveis: Fábica Corrêa (MTB 31270/RJ) / Lara Tapety (MTE 1340/AL)
Coordenou esta edição: Eliana Maciel | Tiragem: 7.000 Exemplares | Projeto Gráfico / Diagramação: Lara Tapety | Impressão: Grafis Soluções Gráficas Ltda.



16/06: Dia de Nacional de Lutas: Rumo à Greve Geral, contra os ajustes fiscais e as reformas previdenciária e trabalhista!

Independente de quem esteja na presidência do Brasil – Dilma/PT, Temer/PMDB ou seus sucessores – os ataques contra todos os trabalhadores, com foco no funcionalismo público federal, seguem a todo vapor no Congresso Nacional. Por isso, também segue a luta para barrá-los!

São centenas de retrocessos em forma de projetos de lei, a maioria como parte do ajuste fiscal, que empurra a conta da crise econômica para aqueles que menos têm condições de pagar. É por isto que a Campanha Salarial Unificada, com o Fórum de Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) à frente, não pode parar.

As últimas reuniões do Fórum, além de fazerem análises de conjuntura e avaliações da luta no último período, definiram um calendário de mobilizações contra as medidas do Governo Temer, rumo a construção de uma greve geral no funcionalismo federal. Faz parte deste calendário um Dia Nacional de Lutas, com atos, paralisações e mobilizações no dia 16 de junho. “Frente à crise política e econômica que assola o país e à ofensiva dos governos e da burguesia na aplicação de ajustes fiscais que re-

tiram direitos dos trabalhadores, estamos fazendo um chamado ao conjunto da classe e de suas organizações, especialmente às Centrais Sindicais, no sentido de construir uma greve geral no país para barrar os ataques e apontar um rumo para solução da crise. Que os ricos paguem por ela e não os trabalhadores!”, declarou Paulo Barela, representante da CSP-Conlutas no Fonasefe.

A CSP-Conlutas, central à qual o Sindsef-SP é filiado, vem realizando ações de resistência, a exemplo do 1º de Maio Nacional (Dia Internacional dos Trabalhadores), alternativo ao da CUT e da Força Sindical. Em nível nacional, diversas categorias da base do Fonasefe estão realizando assembleias nos locais de trabalho para debater conjuntura, desmonte do Estado, precarização do trabalho, o PLP 257/16 (congelamento salarial, corte de benefícios e retirada de direitos) e reforma Trabalhista e da Previdência (aumento da idade limite para se aposentar etc.). A ideia também é fortalecer, criar e rearticular os Fóruns Estaduais para organizar a luta contra os novos ataques do governo.

O Sindsef-SP cobra a participação da Condsef nestes espaços. A Confederação não pode ficar paralisada!

CONSTRUIR UMA GRANDE MANIFESTAÇÃO EM BRASÍLIA NO DIA 16 DE JUNHO

No dia 16, estão previstas as manifestações dos servidores públicos federais, organizadas pelo Fórum dos SPFs, contra o ajuste fiscal, o PLC 257, e outros ataques em curso desde o governo Dilma, que tendem a ser aprofundados pelo governo Temer.

A Coordenação Nacional da nossa Central orienta as entidades filiadas, organizações sindicais, populares e estudantis a participarem das ativi-

dades de mobilização nos Estados e que, na medida do possível, se somem em uma grande marcha nacional nessa data em Brasília.

Devemos intervir com força apresentando nossas propostas, reivindicações e o programa de ação imediata votado nessa reunião, buscando unificar a nossa classe em torno à construção de uma alternativa classista.



Ato Unificado do Funcionalismo em São Paulo

EIXOS DE LUTA E AÇÕES

Entre os encaminhamentos aprovados pelo Fonasefe está a reafirmação dos seguintes eixos para o período: Contra o PLP-257/16; Contra a Reforma da Previdência; Contra as terceirizações, contratações temporárias e a precarização no serviço público; Contra o desmonte e a extinção de órgãos públicos. Tudo isso somado à manutenção das reivindicações das Campanhas Salariais anteriores que não tiveram resposta por parte do governo.

Para organizar a luta contra o PLP 257/16, o Fórum pretende, além de realizar uma Audiência Pública em Defesa do Serviço Público no Congresso Nacional, buscar negociar a reprodução desta ação nos parlamentos estaduais e municipais, exercer pressão sobre os parlamentares contra a aprovação do Projeto. Esta é a prioridade das entidades dos servidores públicos neste momento.

Essas são algumas das ações com o intuito de manter e ampliar força tarefa

unificada no Congresso Nacional, pelo cumprimento dos acordos salariais e contra o PLP 257/16.

Em relação à reforma da previdência, as entidades nacionais deliberaram a participação no lançamento da Frente Nacional em Defesa da Previdência Social.

O Fonasefe também quer a unificação dos fóruns de federais com estaduais e municipais, além de buscar envolver os trabalhadores do setor privado, tomando iniciativas de lutas pelos estados.

Há possibilidade de que seja realizada uma atividade, no início do segundo semestre deste ano, com a apresentação das Centrais Sindicais e os movimentos sociais do campo da luta dos trabalhadores, tendo como objetivo a construção de uma agenda de lutas dos trabalhadores e fazer o chamado à greve geral. O Sindsef-SP soma-se a estas iniciativas. Estamos juntos nas lutas!



FORA TEMER! FORA TODOS ELES E O CON

O Sindsef-SP repudia veementemente os ataques que estão em curso. Temer assumiu como presidente interino e, como primeira medida, promoveu uma reforma ministerial, que reduziu de 32 para 23 os ministérios.

Foram extintos a CGU (Controladoria Geral da União), o Ministério da Cultura, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério das Comunicações, o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, a Previdência foi parcialmente incorporada pela Fazenda, e o INSS ficou no Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, dentre outras mudanças.

Temer é um governo imposto pelos grandes empresários. Pretende completar e aprofundar o serviço que Dilma vinha fazendo: atacar ainda mais fortemente os trabalhadores, transferir mais e mais dinheiro público ao grande empresariado, e promover reformas que retirem direitos previdenciários e trabalhistas.

Não haverá tregua. Não reconhecemos esse governo ilegítimo e nem aceitamos mais a canalhice da maioria dos deputados e senadores do Congresso Nacional. Lutaremos contra qualquer governo que ataque a nossa classe. Portanto, nos declaramos desde já em oposição frontal a esse governo e lutaremos incansavelmente pela sua derrota.

Devemos seguir o exemplo dos artistas e ativistas que entraram em processo de luta, articulando várias ações de protesto em todo o país e já ocuparam as unidades vinculadas do MinC em 11 capitais do país, o que conquistou a volta do ministério. Mas o retorno do MinC não é suficiente, por isso, muitas ocupações continuam. É preciso lutar pela Cultura, mas não sucateada como está, nem tampouco sujeita ao modelo privatizante, que tenta ser imposto, onde o Estado deixa de prestar esse serviço, sendo substituído pelas Organizações Sociais. Além disso, é preciso entender que a Cultura não se restringe apenas aos programas de incentivo à produção artística, que já são escassos, mas, envolve também a defesa do órgão com todas as suas áreas. Esse movimento também é em defesa dos Serviços Públicos, portanto, consideramos fundamental intervir nessa luta, e envolver os servidores nesse processo. Nesse sentido, queremos que sejam incorporadas às discussões do movimento as reivindicações da categoria, que incorpore também a preservação do patrimônio histórico, dos museus, que discuta a valorização dos servidores e programas de incentivo à arte, etc.

Não temos dúvida, ainda, que a política monetária de Temer seguirá priorizando a transferência de recurso público para o setor financeiro privado internacional e nacional, através do



pagamento da Dívida pública. Segundo levantamentos da Auditoria Cidadã da Dívida, em 2014, quase 50% do orçamento foi utilizado no pagamento dos juros e da amortização da Dívida Pública aos banqueiros e investidores. Para a Saúde foram destinados apenas 3,98%, para a Educação, míseros 3,73%, para Organização Agrária, 0,11%, para a Cultura, 0,04%.

Essa política econômica é a maior garantidora da desigualdade social em nosso país, por isso mesmo, garante que 0,5% da população economicamente ativa do país detenha 23% da renda e 44% da riqueza, enquanto isso, os trabalhadores sofrem com alto índice de desemprego, que segundo o IBGE, atingiu 10,9% no país, representando 11,1 milhões de pessoas desempregadas.

O governo seguirá adotando a política de agradar as grandes empresas, concedendo-lhes desoneração fiscal. Como também, continuará adotando um conjunto de medidas para cortar gastos que recairão sobre as costas dos trabalhadores, como fez Dilma, com as regras mais rígidas para a obtenção do seguro-desemprego, cortes de verbas para a Educação, determinação de cortes de gastos nos órgãos públicos, já

tão sucateados, suspensão de concursos públicos, dentre outras medidas. O PLP 257/2016, proposto por Dilma, prevê outros ataques que agora serão levados a cabo por Temer, se não houver uma forte resistência a esse governo.

Além disso, Temer dará continuidade ao desmonte da Previdência Social, repetindo a mentira de que ela é deficitária. O Sistema da Seguridade Social é um sistema integrado pela Saúde, Previdência e Assistência Social, e a sua receita é garantida, dentre outras contribuições, por meio da contribuição direta da folha de pagamento, PIS/PASEP, pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido-CSLL, pelo Cofins, imposto este que está embutido nos preços de tudo que é consumido. Apesar de a diferença entre receita e gastos ser superavitária, o Governo aplica um cálculo falacioso ao só levar em conta parte da receita da Seguridade Social, como se essa só fosse proveniente da contribuição direta em folha, desprezando todo o resto.

Esse mesmo cálculo falacioso também é aplicado para justificar o déficit do Regime Próprio de Previdência dos Servidores ao comparar a arrecadação das contribuições dos ativos e aposentados às despesas com aposentadorias e

Michel Temer: "Dilma, você é minha amiga, mas..."





GRESSO CORRUPTO! ELEIÇÕES GERAIS, JÁ!

ensões, sem incluir na receita as contribuições históricas pagas pelos atuais aposentados e que foram desviadas para outras finalidades. Essa mentira é usada para justificar reformas que retirem direitos, garantindo os Fundos Privados de Previdência, que seguem as regras do mercado, sem garantia do Estado. Além disso, parte dos recursos da Seguridade Social são realocados para outras áreas, especialmente para compor o superávit primário.

Assim como FHC, Lula e Dilma atacaram os direitos previdenciários, e Temer também pretende fazê-lo, levando à frente propostas que já estavam sendo discutidas anteriormente. A própria mudança na organização dos ministérios já demonstra essa intenção ao fatar a Seguridade Social, levando para a Fazenda tudo que se refere à arrecadação, e separando o INSS em outro ministério. Uma das propostas que está sendo veiculada pela impre-

sa é a mudança da idade mínima para a mulher, igualando-a ao dos homens, não levando em conta a tripla jornada da mulher que, além de trabalhar fora, tem que dar conta das tarefas domésticas e do cuidado com os filhos. Agora querem aumentar o tempo de trabalho, penalizando-a ainda mais.

Discutiremos em todos os locais de trabalho a preparação de nossa luta e a participação no dia NACIONAL DE LUTAS em 16 de junho, apontado

pelo Fórum das Entidades Nacionais dos SPFs rumo construção da greve geral.

Chega de mentiras! Chega de cálculos falaciosos pra justificar o déficit inexistente da Previdência Social!

Tirem as mãos de nossos direitos. Lutaremos contra essa reforma! Lutaremos contra esse governo!

Fora Temer! Fora Todos! Eleições Gerais, já!

ASSEMBLEIA GERAL

Ampliar o debate sobre a demissão por perseguição política

INTERTEXTO

*Primeiro levaram os negros
Mas não me importei com isso
Eu não era negro*

*Em seguida levaram alguns
operários
Mas não me importei com isso
Eu também não era operário*

*Depois prenderam os
miseráveis
Mas não me importei com isso
Porque eu não sou miserável*

*Depois agarraram uns
desempregados
Mas como tenho meu emprego
Também não me importei*

*Agora estão me levando
Mas já é tarde.
Como eu não me importei
com ninguém
Ninguém se importa comigo.*

(Bertolt Brecht)

A Assembleia Estadual Geral do Sindsef-SP, convocada para debater a campanha de reintegração do servidor Carlos Daniel, demitido por perseguição política do Ibama/SP, contou com significativa participação de representantes de vários setores.

A reunião também foi acompanhada por representante da CSP-Conlutas e de sindicatos como Sinsprev, Sintrajud e Sintunifesp, que também enfrentam situações semelhantes em seus espaços de atuação.

A assembleia foi marcada por amplo debate sobre a importância do sindicato para enfrentar as perseguições políticas e assédio moral que crescem desenfreadamente no setor público. Algumas intervenções destacaram que esta política é usada com objetivo de inibir a organização dos trabalhadores e também enfraquecer os sindicatos que lutam contra estes governos.

O sucateamento dos órgãos públicos, o número reduzido de servidores, a ausência de concursos públicos e a imposição de metas de produtividade criam um ambiente propício para esta política de perseguição.

Na base do Sindsef-SP, em um curto espaço de tempo, vários servidores foram punidos com a instauração de Processos Administrativos Disciplinares por se enfrentarem com seus



Votação durante a Assembleia Geral do Sindsef-SP

gestores nos locais de trabalho, reivindicar os seus direitos e denunciar irregularidades percebidas.

As punições foram as mais variadas: transferência de setor, transferência de unidade, corte de ponto e, até, suspensão e corte de salário.

O Sindsef-SP é reconhecido como um sindicato que não foi cooptado pelo governo e que está na linha de frente na defesa dos direitos da categoria. A demissão de Carlos Daniel visa expulsar da categoria este que foi uma pedra no sapato dos superintendentes, não só do Ibama, mas do DNPM, do Inbra, do Iphan e de vários outros órgãos.

A política do Sindsef-SP é dar ampla divulgação ao processo de perse-

guição política do servidor e buscar reverter estas punições administrativamente e/ou judicialmente.

No mês de junho será realizada uma rodada de assembleias para que a categoria possa aprofundar este debate e responder a altura este ataque. Enquanto isso ocorre, a assembleia estadual da categoria aprovou de forma emergencial o pagamento de parte do salário de Carlos Daniel no mês de junho para que o servidor possa garantir as necessidades básicas de sua família.

A demissão de um servidor por conta de sua atuação sindical é uma tentativa de enfraquecer o sindicato e as lutas da categoria.

É preciso resistir!



SAÚDE

Seminário debate demandas específicas do setor

Os servidores do Ministério da Saúde, que atuam no combate as endemias, realizaram o II Seminário do setor. Em pauta debates sobre conjuntura, saúde do trabalhador e assédio moral, informes da Condsef sobre demandas específicas e informes jurídicos.

Para palestrantes foram convidados Ismael Souza, Secretário Geral do Sindsef-SP; Érika Andreassy, do Instituto Latino Americano de Estudos Sócio Econômicos (Ilaese); Marizar de Melo, pela Condsef; e César Lignelli, membro do Departamento Jurídico do Sindsef-SP.

A crise econômica, política e moral foi destaque na intervenção sobre conjuntura. Ismael mostrou que a disputa política é para definir quem irá aplicar o ajuste fiscal contra os trabalhadores e que o governo Temer, na verdade, deu continuidade no pacote de ajuste do PT. “Mas a classe trabalhadora não está passiva diante destes ataques e há um processo de lutas crescente no país”, observou o dirigente.



A discussão de conjuntura contribuiu para o tema que veio a seguir: Saúde do Trabalhador e Assédio Moral. A falta de investimento e quadro reduzido de pessoal aumentam os casos de adoecimento, pois gera mais desgaste físico e psicológico nos servidores. Estudos revelam que no Brasil ocorrem 700 mil acidentes por ano e 7 pessoas morrem diariamente por acidente ou doenças do trabalho (Fon-

te: MTPS).

Entre os Agentes e/ou Guardas de Endemias, o uso contínuo de inseticida leva ao adoecimento dos servidores, mas os gestores insistem em desconhecer estes fatores como doença de trabalho. Outro fator de adoecimento no serviço público é o assédio moral.

Esta foi a principal queixa dos participantes durante as intervenções. Eles também reclamam que o conhe-

cimento acumulado não é aproveitado nas prefeituras para onde foram transferidos após a descentralização do Ministério. Um caso em especial foi relatado. Um servidor, e ex-diretor do Sindsef-SP, após sofrer perseguições e assédio moral, foi devolvido para o núcleo do Ministério da Saúde, tendo que se deslocar todos os dias do litoral até capital paulista. Fica evidente o firme propósito de desestabilizá-lo.

A palestra foi encerrada reforçando-se a importância da organização dos trabalhadores, através do fortalecimento dos sindicatos, para coibir estas práticas que causam tantas vítimas.

Na sequência, foram apresentados informes das lutas nacionais realizadas pela Condsef e também do andamento das ações que o departamento jurídico do Sindsef-SP vem acompanhando.

Uma das deliberações do seminário foi que o sindicato elabore uma cartilha com os direitos e deveres dos servidores cedidos para o Ministério da Saúde.

INCRA

Temer transfere Incra e secretarias do extinto MDA para Casa Civil

O Decreto 8.780/16, publicado em 30 de maio no Diário Oficial da União, transfere o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a competência de promover a reforma agrária, o desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares e a delimitação e demarcação das terras dos quilombolas para a Casa Civil.

As atividades eram antes atribuídas ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, que foi extinto na gestão Temer.

Além disso, com o decreto, cinco secretarias também foram transferidas para mesma pasta: a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário; de Reor-

denamento Agrário; da Agricultura Familiar; de Desenvolvimento Territorial; e a Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária da Amazônia Legal.

O Incra perdeu várias atribuições, ficando basicamente com o desenvolvimento de assentamentos. Perdeu o Ordenamento da Estrutura Fundiária, que foi repassado para o Ministério da Integração Nacional. Enquanto que o recriado Ministério da Cultura ficou com Regularização de Territórios de Comunidades Quilombolas. Já a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER / ATES) foi para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Os servidores avaliam que toda a população rural brasileira – que pode

chegar a 70 milhões de pessoas –, pode ser afetada direta ou indiretamente pela equivocada decisão do presidente interino, Michel Temer. Considerando que a maior parte dos alimentos que chega à mesa do brasileiro são produzidos em assentamentos do Incra e por agricultores familiares atendidos pelo MDA, a decisão de Temer prejudica toda a população do Brasil. Sem as políticas nessas áreas há forte possibilidade de que a produção caia e, na mesma proporção, a qualidade e diversidade dos gêneros alimentícios consumidos no país.

Esses são alertas feitos pelos servidores do Incra e do MDA reunidos no encontro nacional da categoria que ocorreu no dia 13 de maio de 2016, em Brasília.

Com informações do Valor online e CNASI-AN



#NãoAoFimDoMDA



CULTURA

MinC é recriado, mas surge uma nova ameaça

Servidores da Cultura em São Paulo, integrantes das carreiras do Iphan, Ibram, Funarte, Fundação Palmares e Ministério da Cultura, realizaram uma assembleia emergencial visando organizar um plano de ação e um calendário de atividades para combater os ataques do novo governo.

A atividade ocorreu no dia 19 de maio e os trabalhadores manifestaram total repúdio naquele momento à extinção do Ministério da Cultura (MinC) e sua subordinação ao Ministério da Educação (MEC). Porém, dois dias após a assembleia, diante dos intensos protestos que se espalharam pelo país, o presidente interino Michel Temer voltou atrás e decidiu recriar o MinC.

No entanto, apesar de reconhecer a força deste processo de luta, esta medida é insuficiente e não soluciona os



problemas existentes no ministério e nas suas vinculadas. É necessário re-discutir o Ministério da Cultura urgentemente. Os irrisórios recursos destinados ao setor, os baixos salários e o aprofundamento do sucateamento das autarquias, impedem o adequado funcionamento destas instituições.

Neste sentido, o encaminhamento aprovado pelos servidores de São Pau-

lo durante a assembleia continua valendo. Eles reivindicam que a Condsef realize um Encontro Nacional do setor.

IPHAN – A medida provisória que recria o MinC (MPV 728/16), também, cria uma Secretaria Especial do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. No entanto, o texto da MP não sinaliza quais atribuições desta nova secretaria e se há vinculações hierárquicas na nova estrutura.

Esta ausência de informações gera questionamentos e desconfiança nos servidores. Uma das funções do Iphan é tratar dos licenciamentos ambientais em áreas consideradas patrimônio nacional e protegidas por tombamento.

Vale lembrar que o projeto Agenda Brasil, lançado em 2015, previa, “re-

visar a legislação de licenciamento de investimentos na zona costeira, áreas naturais protegidas e cidades históricas como forma de incentivar novos investimentos produtivos” e “simplificar o licenciamento para construção de equipamentos e infraestrutura turística em cidades históricas, orla marítima e unidades de conservação, melhorando a atração de investimentos”. Por isso, uma eventual transferência de atribuições do IPHAN visa a atender interesses do mercado imobiliário.

Esta situação reforça a importância do Encontro Nacional reivindicado pelos servidores. A Condsef realizará nos dias 20 e 21 de junho, respectivamente, um Seminário e o Encontro da Cultura. Em breve divulgaremos os critérios para participação.



MT

Mobilizar os servidores para retomar negociações

Antes da mudança de governo as entidades nacionais que representam os servidores do Ministério do Trabalho – ex-Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), se reuniram para discutir alguns dos principais problemas que afetam a categoria. Com base nos debates foi protocolado um documento pedindo audiência com o Ministro da pasta visando tratar dos seguintes temas:

- Acordo de Greve/Compensação – o objetivo era apresentar uma proposta de reposição das atividades de greve, sem prejuízos funcionais e/ou remuneratórios. O Termo de Acordo de Reposição nº 02/2015, assinado

pelo Ministério do Planejamento e as entidades nacionais, determinava que a reposição do período de greve fosse realizada mediante regularização dos serviços, sem qualquer vinculação às horas “paralisadas”.

- Continuidade do GPCOT – o grupo foi criado para debater demandas da categoria, tais como assuntos ligados à falta de condições de trabalho e questões relacionadas a problemas estruturais, de materiais, assédio moral, carga horária, dentre outros temas.

Com a troca de governo estas demandas ficaram sem respostas, o que demonstra que será preciso mobilizar os servidores para que as negociações



Greve dos Servidores do Ministério do Trabalho em 2015

Porém, em meio à tantos ataques, uma conquista... foi publicado no D.O.U, no dia 13 de maio, a Portaria 638/16, que trata da regulamentação

eventos sindicais. Uma reivindicação aprovada durante os trabalhos do Grupo Permanente de Discussão das Condições de Trabalho (GPCOT).



Avançar no combate ao racismo com raça, gênero e classe

A CSP-Conlutas, com o apoio do Movimento Nacional Quilombo Raça e Classe, promoveu o II Seminário Nacional de Negras e Negros.

Para impulsionar os debates foram realizados quatro painéis com os temas: “Não há capitalismo sem racismo”, “Conjuntura nacional e internacional”, “Como o racismo se expressa no mundo do trabalho e na sociedade” e “Combatendo o racismo no cotidiano sindical, popular, estudantil e na sociedade com raça, gênero e classe”.

Os palestrantes frisaram que, na história da humanidade, a escravidão nunca foi imposta a um povo tal como foi feito ao povo africano. Mesmo cientes de que o racismo não foi uma criação do sistema capitalista, destacaram que esta ideologia cumpre um papel fundamental dentro da lógica do sistema vigente.

Ao inferiorizar essa parcela da classe, a burguesia aprofunda diferenças e a explora ainda mais, através de menores salários e corte de direitos. Quando destrói os serviços públicos básicos como saneamento, transporte, saúde e educação, quem é mais penalizada é a população mais pobre e, não por acaso, negra.

Em outro ponto, os convidados utilizaram o Mapa da Violência, elaborado pelo próprio governo do PT, para mostrar que ser um jovem negro no país significa ter 132% de chances a mais de morrer de forma violenta do que um jovem não negro. Estes números evidenciam uma verdadeira política de genocídio da população negra nos bairros pobres das grandes cidades.

Mesmo reconhecendo alguns avanços, em essência, a situação da população negra não mudou com governo petista. Por exemplo, Lula e Dilma privilegiaram o agronegócio, baseado em grandes propriedades agrícolas. Na outra extremidade social, pode-se ver a cor negra dos operários agrícolas e dos sem terras e a luta dos quilombolas.

Os ativistas destacaram três proble-



mas que afetam a população negra: as desigualdades no mercado de trabalho, a exclusão do processo educacional e a violência racial. Por exemplo, a questão da “boa aparência”, muito cobrada das mulheres, é usada para excluir as negras de seleções e entrevistas de emprego ou as obriga a alisar os cabelos para atender a um padrão “embranquecedor”.

Na educação, a discriminação racial é identificada quando milhões de mulheres negras e pobres não têm creches para seus filhos ou ao analisar a ínfima parcela de negros e negras que chegam às salas de aula das universidades.

Outro exemplo é a rejeição de um setor à política de cotas raciais, colocada como uma medida paliativa no com-

bate aos efeitos do racismo na educação. Ignora-se a perspectiva de inserir a luta por ações afirmativas em todos os setores da sociedade como forma de destruição do sistema que se beneficia do racismo.

Para a CSP-Conlutas, é necessário reconhecer que existem diferenças e que brancos possuem privilégios que negros não possuem. Esconder realidades tão diferentes só facilita à burguesia difundir sua ideia de que todos possuem igualdade de condições.

Este seminário explorou estes temas para avançar, de fato, colocando, lado a lado, brancos e negros da classe trabalhadora na luta pelo combate ao racismo.

O encerramento contou com uma plenária que apresentou os debates dos grupos temáticos e um manifesto, chamado de “Carta do Rio de Janeiro”, cidade onde ocorreu o evento.

O Sindsef-SP, seguindo a tradição de lutar pelo combate às opressões participou com uma representação composta servidores, aposentados e da ativa, de órgãos como Ipen, Ex-LBA, MTE, Min.da Saúde, Min. da Defesa e Ibama.

Com informações da CSP-Conlutas

PARADA LGBT DE SÃO PAULO

No dia 29/05 foi realizada a Parada LGBT de São Paulo. Com faixas e bandeiras exigindo o Fora Todos e pedindo Eleições Gerais, ativistas da base do Sindsef-SP participaram da atividade. Os manifestantes também denunciaram a violência praticada contra as LGBTs.

A cada uma hora, uma LGBT sofre violência no Brasil. Geralmente, a violência é física – espancamento, chutes, socos. A cada 27 (vinte e sete) horas, uma LGBT é assassinada no país, sendo apontados 326 casos em 2014, segundo o Grupo Gay da Bahia. Esse fato vem chamando a atenção de organismos internacionais de Direitos Humanos e coloca nosso país na condição de líder no ranking em violência contra



o segmento LGBT.

É importante ressaltar que as Travestis e as Transexuais formam o grupo mais vulnerável. O risco das travestis serem assassinadas é 15 vezes maior do que os gays. E mais, a maioria dos crimes são mortes violentas, típicas de “crimes de ódio”, com extrema crueldade.

DICA CULTURAL

ESPAÇOS DE TRADIÇÕES AFRO-BRASILEIRAS EM SÃO PAULO



Casa Mestre Ananias - Rodas de samba, capoeira, violão, cavaquinho, leituras e ensino da história, aulas de cerâmica, modelagem, gravuras, desenhos e pinturas – Rua Conselheiro Ramalho, 939 - Bela Vista.

Casa das Áfricas - Galerias, textos, produções fotográficas, gravuras e objetos em exposições. Também funciona como um instituto de pesquisa, formação e promoção de atividades culturais – Rua Harmonia, 1150 - Sumarezinho.

Museu Afro Brasil - Pinturas, gravuras, objetos, fotografias e documentos históricos para pesquisa – Av. Pedro Álvares Cabral, s/nº - Portão 10 - Parque do Ibirapuera.

Centro Cultural Africano – Atividades ligadas à religião, culinária, música, dança e costumes africanos. Possui objetos, tecidos, máscaras, estátuas e amuletos de diversas etnias – Rua Anhangueira, 551 - Piratininga.

Centro de Cultura Afro Brasileira - Ações que desenvolvem a autoestima e a afirmação social da comunidade – Rua Conde de Fontalva, 100 - Parelheiros.

Fonte: Catraca Livre